

*Nascentes***A ELABORAÇÃO DO TRAUMA E A LUTA CONTRA O ESQUECIMENTO EM
AINDA ESTOU AQUI, DE MARCELO RUBENS PAIVA***Daniel Conte***Demétrio Alves Paz****Mitbiele da Silva Scarton****

RESUMO: O presente artigo analisa o romance *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva, publicado em 2015. A partir dos estudos de Figueiredo (2017), Freud (2013), Ginzburg (2010), Halbwachs (1990) e Kehl (2010), investigamos de que forma a memória é a força motriz do romance, visto que há não só as lembranças do passado da família Paiva, mas também uma recuperação da História recente do país, por meio dos traumas, deixados pelo regime civil militar brasileiro. O fio condutor da narrativa é tanto as memórias de Marcelo quanto as informações descobertas durante os anos de busca pelo reconhecimento da morte do pai, de modo que o desaparecimento de Rubens Paiva tem consequências graves na vida da família. Igualmente, há a procura de superar a perda do patriarca. A conclusão disso é clara: a ditadura não foi contra os Paiva, foi contra o país.

Palavras-chave: Literatura; Memória; Ditadura; Marcelo Rubens Paiva.

Considerações iniciais

Eurídice Figueiredo (2017), apoiada em Paul Ricoeur (2007), aponta que o dever da memória é o “[...] de fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não o si”, e acrescenta “[...] que todo o trabalho de investigação e divulgação do que ocorreu nos porões da ditadura é um dever de memória em relação às vítimas, a seus familiares e à sociedade em geral” (FIGUEIREDO, 2017, p. 13). Desse modo, como bem aponta no título de seu livro *A literatura como arquivo da ditadura* (2017), reconhecemos a obra literária enquanto arquivo e memória de todas as barbáries cometidas.

Marcelo Rubens Paiva, filho de Rubens Paiva, deputado federal preso, torturado e morto na ditadura, é escritor, dramaturgo, colunista, roteirista e professor, faz, em sua obra

* Doutor em Literatura Brasileira, Portuguesa e Luso-africana pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) Professor Adjunto da Universidade Feevale.

** Doutor em Teoria da Literatura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Puc-RS) Professor Associado 2 da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), campus Cerro Largo-RS. Realizou estágio de Pós-Doutorado em Letras na UFRGS.

*** Mestranda em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS)

Ainda estou aqui (2015) uma homenagem à sua mãe, aquela que ele considerou a verdadeira heroína frente aos horrores que a família experienciou. Depois do desaparecimento do marido, Eunice¹ precisou se reinventar. Da senhora dona de casa ela passa a ser a advogada requisitada e reconhecida em todo o país. É por conta das transformações e reconstruções de sua mãe que o autor coloca essa história como fio condutor da obra. Temos uma narrativa que percorre a vida dessa mulher em um pré, um durante e um pós-traumas causados pela ditadura, e dessa experiência se sobressaem outras histórias: a de um filho, a de um pai e de todo um país. O escritor deixa claro que a ditadura não foi só contra os Paiva, “A família Rubens Paiva não é a vítima da ditadura, o país é que é. O crime foi contra a humanidade, não contra Rubens Paiva” (PAIVA, 2015, p. 39). Essa afirmação e os episódios trazidos ao longo da narrativa reafirmam o romance enquanto memória viva e denúncia de todo mal que a ditadura causou.

Em que pese o Alzheimer ser a doença que faz Eunice perder cada vez mais suas memórias, Marcelo dá foco à mazela do esquecimento como grave problema que acomete a sociedade quando se deixa de falar sobre a ditadura. Por isso, valendo-nos do título e de uma luta contra o esquecimento, exploramos, além da mãe, outro personagem que ainda está ali. Entendemos Rubens Paiva, pai de Marcelo e vítima fatal da ditadura, como uma presença ausente, pois apesar de não mais estar com a família, todas as reações dessa ausência caem sobre a mulher e os filhos.

As consequências desse desaparecimento estão diretamente relacionadas ao trauma vivenciado. Nessa ordem, procuramos, por meio das memórias de Marcelo e das informações que foram descobertas durante os anos, reconhecer, primeiro, de que modo a ditadura poderia estar relacionada à vida dos brasileiros, sendo que o romance de Marcelo Rubens Paiva faz questão de lembrar. Depois, pensaremos no desaparecimento e morte de Rubens Paiva e nas consequências desses eventos à família, que esteve sempre em busca da (re)construção dessa história. E por último, perceberemos como a família buscou superar a perda, mesmo sem nunca ter encontrado o corpo de Rubens Paiva. Para a análise desses aspectos, voltamos a uma questão deixada clara por Marcelo: a ditadura não era contra os Paiva, era contra o país. Desse modo, abordaremos nesse momento a ditadura e a sua contribuição

¹ Aqui nos centramos em outra personagem como foco de análise. Sugerimos a leitura do ensaio “A história (não) acabou: Algumas notas sobre *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva”, de Cristiane da Silva Alves para conhecimento da trajetória de Eunice e dos desdobramentos recorrentes em sua vida após o desaparecimento do marido.

para o terror. Como base teórico-crítica, nos apoiaremos em nos estudos de Figueiredo (2017), Freud (2013), Ginzburg (2010), Halbwachs (1990) e Kehl (2010).

Ditadura e resistência: a memória “apagada” que hoje (re)clama

Passados trinta e seis anos do período que corresponde aos “anos de chumbo” no Brasil (1964-1985), reconhecemos que a memória de sobreviventes, sejam eles opositores diretos ao regime ou familiares e amigos dos que não sobreviveram, permanece como força motriz de enfrentamento ao esquecimento sobre mortos, torturados, desaparecidos e exilados durante a ditadura militar brasileira.

Apesar desse espaço de recordação e da tentativa de combate à violência, podemos afirmar a constante violação, até hoje, de direitos básicos à população, como é o caso da segurança, apontando que a sociedade brasileira, ao (re)conhecer o fato da impunidade daqueles que usaram e abusaram de corpos, hoje reproduz o que não pôde ser simbolizado. Kehl (2010, p. 124) aponta para esse fato explicando que “A impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz”. Conforme Kehl (2010) esse não lembrar dos horrores cometidos e a recusa em elaborar o trauma publicamente não pertence à parcela da população que até hoje luta por justiça, mas, sim, aos remanescentes do próprio regime que foram, tanto amparados por uma lei da Anistia, que não poderia ser melhor traduzida do que uma lei para o esquecimento, uma lei para amnésia; quanto pela conivência de uma maioria silenciosa “[...] a mesma que escolheu permanecer alheia aos abusos cometidos no país, sobretudo no período pós AI-5” (KEHL, 2010, p. 128). Para a autora, a repetição sintomática da violência institucional brasileira se dá pela não elaboração dos episódios impetuosos cometidos durante a ditadura militar, colocando a tortura como um “[...] mal necessário” de condições excepcionais, e que hoje, sob um regime democrático “não precisamos mais nos ocupar daqueles deslizos do passado” (KEHL, 2010, p. 128), mas as ações, tanto do poder público, quanto da população frente ao cenário violento que vivemos, provam o contrário.

Paiva diz, em entrevista ao *Blog da Companhia* (JABUTI..., 2016), que o romance *Ainda estou aqui* “[...] é um pouco um grito de... calma lá gente, vocês tão pedindo a volta da ditadura? Eu vou falar pra vocês o que foi a ditadura, vocês não têm noção!”. Como já dito anteriormente, Marcelo faz questão de explorar detalhes de uma época que não fez mal somente à sua família, mas a inúmeros brasileiros que se opuseram ao regime civil militar, atentando para além do passado, também à repetição da violência e continuidade da tortura, ainda, nos

dias de hoje, desse modo, na contramão do negacionismo estão os episódios que espantosamente se assemelham ao período de recessão brasileiro.

Jaime Ginzburg (2010) em seu texto “Escritas da tortura” é assertivo, justamente, ao falar sobre o desejo doentio, em grande medida de jovens, em prol de uma possível volta de regimes autoritários com justificativas que alegam a falência da democracia. Entre “[...]os jovens que ocupam as classes universitárias, os debates são às vezes ainda mais intensos quando o individualismo predominante cede à discussão de planos para o futuro do país” (GINZBURG, 2010, p. 135). É como se tudo o que foi vivido tivesse sido apagado da história, como se a voz daquele que silenciou fosse a única possível de ser ouvida em espaços onde a violência, já naturalizada, ganha cada vez mais força.

O pesquisador ainda acrescenta que “[...] a dificuldade de escrever sobre a tortura no Brasil está em saber que entre os jovens que ocupam hoje classes universitárias não há nem mesmo o consenso ético de que a tortura deva ser eliminada” (GINZBURG, 2010, p. 135). Atitudes como essas reverberam como prova do apagamento de uma memória coletiva que deveria lutar pela liberdade e justiça, mas pelo contrário, fere, ignora e banaliza os corpos daqueles que não tiveram a sorte de poder escapar à tortura e à morte.

Nesse sentido, Ginzburg (2010) salienta a importância da literatura para evitar a banalização da violência e uma possível catástrofe coletiva. É com maestria que Marcelo Rubens Paiva consegue apontar para o trauma da família em relação ao desaparecimento do pai, colocando em cena, também, a sociedade brasileira. Dos episódios que mais chamam a atenção no romance, é a assustadora semelhança entre os casos de Rubens Paiva, em 1971 e o de Amarildo Dias de Souza, em 2013, os quais apontam que a tortura foi a ferramenta central do regime e continuou sendo método usado no Brasil:

14 de julho de 2013. Rocinha, Zona Sul carioca.

Amarildo Dias de Souza, pedreiro, foi preso por policiais militares, levado até a sua casa e depois para a unidade de Polícia pacificadora (UPP) instalada na Rocinha.

No Leblon, Zona Sul Carioca, meu pai, engenheiro, foi preso por militares, em casa e levado a unidades da Aeronáutica e depois do exército.

Amarildo era casado com a dona de casa Elizabeth Gomes da Silva e pai de seis filhos.

Meu pai era casado com Eunice Paiva, dona de casa, e tinha cinco filhos.

Não se tem notícia do paradeiro de ambos. (PAIVA, 2015, p. 109-110)

Nos dois casos, pais, maridos, trabalhadores. A culpa dessas mortes não costuma ser atribuída à polícia, todas são muito bem “justificadas”, como acrescenta Paiva (2015, p. 110): “Para a polícia, traficantes da comunidade são os principais suspeitos do desaparecimento de Amarildo. Para o exército, terroristas sequestraram meu pai enquanto militares faziam

reconhecimento de aparelhos com ele num fusca”. A impunidade dos agentes de poder e a negação dos fatos ocorridos transformam-se em impossibilidade de elaboração dos traumas de uma sociedade. Seguindo o pensamento de Kehl (2010, p. 126), “Quando uma sociedade não consegue elaborar os efeitos de um trauma e opta por tentar apagar a memória do evento traumático, esse simulacro de recalque coletivo tende a produzir repetições sinistras”. Por isso, até hoje a tortura permanece como aparelho oficial de um estado de medo, com a finalidade da manutenção de uma ordem reconhecida somente pelos detentores do poder, o que fossiliza na estrutura do funcionamento social um delírio de controle da ordem pública pelos aparelhos repressores do Estado.

Seis anos antes de todo terror que cercou a família, ainda em 1964, depois do golpe e enquanto a maioria que se opunha ao regime era cassada, o então deputado federal Rubens Paiva, exilou-se na embaixada da Iugoslávia. Somente depois que o governo deu salvo conduto, é que pôde sair do país. Primeiro, parte para Iugoslávia, depois para Paris, e, ainda em 1964, pega um voo para o Uruguai, o qual realizava escala no Rio. É nesse momento que, apesar dos riscos, resolve voltar para casa. Seu exílio foi o primeiro alerta daquilo que poderia vir a acontecer, o primeiro momento que a família tem de se distanciar de Rubens, mas, mesmo assim, consegue manter contato.

Durante o exílio ele escreve uma carta aos filhos, tentando de maneira didática explicar tudo que estava acontecendo, não só com ele, mas com o país, “nos chamava pelos apelidos que ele nos deu”:

Verinha, Cuchimbas, Lambancinha, Cacazão e Babiu.

Recebi suas cartinhas, desenhos, etc., fiquei muito satisfeito de ver que os nenês não esqueceram o velho pai. Aqui estou fazendo bastante ginástica, fumando meus charutos e lendo meus jornais. É possível que o velho pai vá fazer uma viagemzinha para descansar e trabalhar um pouco. Vocês sabem que o velho pai não é mais deputado? E sabem por quê? É que no nosso país existe uma porção de gente muito rica que finge que não sabe que existe gente muito pobre, que não pode levar as crianças na escola, que não têm dinheiro para comer direito e às vezes querem trabalhar e não tem emprego. O papai sabia disso tudo e quando foi ser deputado começou a trabalhar para reformar o nosso país e melhorar a vida dessa gente pobre. Aí veio uma porção daqueles muito ricos, que tinham medo que os outros pudessem melhorar de vida e começaram a dizer uma porção de mentiras. Disseram que nós queríamos roubar o que eles tinham: é mentira! Disseram que nós somos comunistas que queremos vender o Brasil: é mentira! Eles disseram tanta mentira que teve gente que acreditou. Eles se juntaram – o nome deles é gorila – e fizeram essa confusão toda, prenderam muita gente, tiraram o papai e os amigos dele da câmara e do governo e agora querem dividir tudo o que o nosso país tem de bom entre eles que já são muito ricos. Mas a maioria é de gente pobre, que não quer saber dos gorilas, e mais tarde vai mandar eles embora, e a gente volta para fazer um Brasil muito bonito e para todo mundo viver bem. Vocês vão ver que o papai tinha razão e vão ficar satisfeitos do que ele fez. (PAIVA, 2015, p. 101-102).

Ao mesmo tempo que explica aos filhos o motivo de sua ausência, Rubens Paiva dá ênfase à situação do país. Percebemos, desse modo, as “partes” envolvidas nesse processo de silenciamento: a violência, ao considerar o exílio como enclausuramento forçado; o terror, ao pensar em uma família que a qualquer momento poderia perder um pai, uma mãe, irmãos ou filhos; o perigo de contrapor-se ao regime; e, ainda, as falácias que acompanharam toda a dominação militar em prol de uma liberdade que nunca existiu.

Apesar de todos os aspectos já apontados durante a leitura da carta, o que estava acontecendo ali ainda não era o pior cenário da ditadura. No romance, Marcelo Rubens Paiva faz questão de falar sobre cada um dos atos institucionais promulgados que foram afunilando cada vez mais os direitos da população brasileira. Em 1964, época em que Rubens Paiva foi exilado, temos a promulgação do decreto institucional nº I, “cassaram os líderes trabalhistas”; logo depois, o AI-2, em que “partidos políticos foram extintos”; continuando pelo AI-3, “determinando que a eleição dos governadores seria indireta”; depois, o AI-4 que “[...] revogou definitivamente a constituição de 1946 e proclamou outra” (PAIVA, 2015, p. 91).

O Ato institucional de nº 5 (AI5) escancararia a pior face da ditadura brasileira, Paiva inicia com uma crítica ao retrocesso que nosso país estava prestes a viver: “Brasil, 13 de dezembro de 1968: 147º ano da independência e octogésimo da República. É baixado o ato institucional nº 5, assinado pelo presidente Costa e Silva e todo seu ministério, inclusive juristas, numa reunião solene” (PAIVA, 2015, p. 92). As datas apresentadas nos mostram que apesar de sermos “independentes” há cento e quarenta e sete anos, república há oitenta anos, e poderíamos acrescentar a isso, os oitenta e um anos de abolição, a violência revela-se, reafirma-se e, especialmente, após o AI-5, institucionaliza-se.

Paiva acresce a isso o sentimento frente ao ato imposto

Na mesma noite, anunciaram para um país atônito, em cadeia de rádio e televisão: O AI-5 suspendia as garantias constitucionais promulgadas no AI-4. É uma obra-prima da contradição. Usa a ameaça à democracia como argumento para endurecer o regime, uma aberração jurídica, incongruência em que todo regime autoritário se baseia (para defender a liberdade, precisamos acabar com ela). (PAIVA, 2015, p. 92)

A ditadura foi um golpe que dizia impedir uma “dominação comunista”, em prol de uma “autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito à dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção” (PAIVA, 2015, p. 92). Ela foi o oposto. A ditadura acabou com a liberdade de expressão, prendeu, torturou, matou e foi corrupta.

Execuções e desaparecimentos tornaram-se práticas sistemáticas da opressão. “Virgílio Gomes da Silva, o Jonas, foi o primeiro da leva dos desaparecidos políticos que

começou, a partir de 1969 no Brasil [...] entre 1970 e 1971, foram 15 desaparecidos políticos. Depois, o número saltou para cento e quarenta” (PAIVA, 2015, p. 193). Para além desses, Paiva não quantifica o número de mortos se contarmos aldeias indígenas, “impossível calcular quantos”. E a justiça sobre os mortos? “O exército nem abria mais inquéritos sobre os desaparecimentos. Era um caso banal” (PAIVA, 2015, p. 193).

A não localização dos mortos afetou diretamente as famílias, emocional e socialmente com o não reconhecimento do Estado sobre esses desaparecimentos. Desse modo, “Os familiares dos desaparecidos políticos viviam um limbo civil e emocional (Temos ou não um pai, uma mãe, um filho, uma filha, ou netos vivos?)” (PAIVA, 2015, p. 194). Além de não ter um corpo para prestar as últimas homenagens e para elaboração do luto – um sofrimento em *sursis*, em suspensão (CURY, 2020, p. 174) - o Estado não admitia aos familiares o direito de dar continuidade às suas próprias vidas no âmbito jurídico. Tudo que estava em nome do desaparecido ou que o solicitasse seria embargado.

Eliane Brum (apud CURY, 2020, p. 172) aponta que “Roubar os mortos alheios e negar o seu luto sempre foi o estágio supremo da barbárie, no desprezo e na negação do Outro étnico e/ou político”. Na falta desse outro, as famílias buscaram por anos seus familiares na esperança de encontrar seus corpos, no entanto, somente em 1995, com a Lei 9140, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, puderam reconhecer/ressignificar de alguma maneira essas ausências:

Artigo 1º: São reconhecidas como mortas, para todos os efeitos legais, as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por esse motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, desde então, desaparecidas, sem que delas haja notícias.

Artigo 3º: O cônjuge, o companheiro ou companheira, descendente, ascendente, ou colateral até quarto grau, das pessoas nominadas na lista referida no art. 1º, comprovando essa condição, poderão requerer a oficial de registro civil das pessoas naturais de seu domicílio a lavratura do assento de óbito, instruindo o pedido com original ou cópia da publicação dessa Lei e de seus anexos. (PAIVA, 2015, p. 39-40)

Diante do cenário vivido por mais de trinta anos pelas famílias das vítimas, fica clara a desumanização desses corpos ausentes transformados em objeto durante a ditadura civil militar brasileira. Pedir pela volta da ditadura é pedir pela volta do horror. Percebemos que há a necessidade do reconhecimento desses horrores pela população brasileira, pois a não elaboração desse período faz com que a violência continue sendo parte fundamental da política do país, como se aquele que detém o poder, também, tivesse o direito de matar.

Em seu texto, “Do uso da violência contra o estado ilegal”, Vladimir Safatle (2010) comenta sobre a prerrogativa tão comumente falada hoje e que coloca um preço para garantir a estabilidade democrática: o esquecimento de nossos “excessos do passado”. Nesse sentido, Safatle reafirma nossas considerações no início do texto. Não enterramos nossos mortos, nos escondemos atrás de leis que não puniram os envolvidos na ditadura civil militar brasileira, com um trauma até hoje não elaborado, um passado até hoje negado. Por isso, podemos confirmar nossa constante violação de direitos e a “[...] causa do caráter deformado e bloqueado de nossa democracia [à] aceitação tácita dessa tese” (SAFATLE, 2010, p. 240), negando a “[...] tortura e assassinato como política sistemática de segurança de Estado” (SAFATLE, 2010, p. 241), logo a negação do crime.

A eliminação de jovens e adultos, física e intelectualmente, foram práticas da ditadura, mas, para além disso, temos episódios que comprovam tanto a violência “indireta” às crianças, por meio do desaparecimento dos pais quanto a violência direta, como é relatado no episódio do incêndio na favela do Pinto:

Num dia da semana, a praia amanheceu apinhada. Toda a favela correu para lá. Estavam chamuscados. Crianças carregavam pertences. Na água, bonecas com fuligem. A favela do Pinto tinha pegado fogo. Foram os militares, diziam. Viram helicópteros do exército sobrevoando a favela na noite da tragédia. (PAIVA, 2015, p. 68)

Ninguém foi poupado. Crianças foram vítimas do terrorismo. A imagem de pequenos inocentes saindo de suas casas carregando pertences ou, ainda, bonecas que poderiam ser crianças que não resistiram ao fogo expressam uma máxima do período: a desumanização dos corpos, sejam eles de jovens, adultos ou idosos. Mas o incêndio na favela do Pinto, que acentua o desinteresse dos militares pelos pobres, tinha um objetivo, Paiva (2015) continua:

A área abandonada do Leblon foi aterrada em tempo recorde. Em meses, subiram prédios de até dezessete andares. Os apartamentos foram comprados na maioria por militares, que receberam empréstimos descontados diretamente da folha de pagamento (soldos) [...]. Enviaram os pobres para os guetos. E o convívio pacífico virou passado e ilusão. (PAIVA, 2015, p. 68)

A educação também foi atingida diretamente: “A qualidade do ensino público decaía na proporção em que a ditadura se afirmava” (PAIVA, 2015, p. 61), o conhecimento se tornava um perigo para o regime. Professores foram presos, ao “[...] todo três professores do colégio foram presos naquele ano de 1975, o da grande caçada ao PCB, que deu na morte de Herzog. Vimos dos janelões da escola dois deles serem levados por agentes à paisana” (PAIVA, 2015, p. 80). A ditadura não tinha limites, tinha objetivos: o poder a qualquer custo, mesmo que esse fosse o extermínio em massa de uma oposição denominada comunista,

passível a qualquer momento de ataques violentos vindos de um sistema que passou dos muros dos quartéis.

Dentro do cenário exposto percebemos as diferentes configurações que o sistema opressor toma diante daqueles que precisa combater. A todo o momento percebemos alguma perda: de direitos, de voz, de justiça, de pessoas. Desse modo, sem o reconhecimento oficial do atentado à vida e à dignidade humana, “[...] coube à literatura o papel de realizar o enterro dos mortos ao resgatar esse passado traumático” (GOMES, 2020, p. 9). Entendemos, assim, a literatura como um dos espaços possíveis para o resgate da memória coletiva e para o afloramento da ossatura perversa dos aparelhos repressores de Estado.

“Por que ele atrasou tanto nossa partida?”

No início do romance, Marcelo fala sobre uma das características dessa narrativa “[...] esse livro sobre memória nasce assim. Histórias são recuperadas. Um puxam outras. As histórias vão e voltam com mais detalhes e referências. Faço uma releitura da releitura da vida da minha família. Reescreverei o que já escrevi” (PAIVA, 2015, p. 35). Nesse emaranhado de lembranças, estão os acontecimentos que vão construindo a história do pai e, de diferentes maneiras, a relação deste com a ditadura. São fatos relacionados à família que em certo momento já se misturam com memórias coletivas, até que se juntam peças que tentam montar um quebra cabeça que jamais foi totalmente desvendado.

Quando seu pai desaparece, Marcelo ainda é um adolescente, e não diferente de muitos brasileiros, inclusive de sua mãe, mal sabia o que estava acontecendo no país, “[...] da luta armada, de organizações clandestinas, de guerrilheiros da selva, nas cidades” (PAIVA, 2015, p. 37). Em meio ao desconhecido, com um repertório sobre a ditadura que se limitava a notícias “filtradas pela censura e autocensura” começa a busca de Eunice pelo marido. Somente hoje Marcelo, a partir de memórias suas, e apelando também às lembranças de outros (HALBWACHS, 1990), e com novas informações sobre a história do pai, evoca o passado traumático da família e de uma busca que nem mesmo sua mãe pôde concluir.

Cristiane da Silva Alves (2020) ao comparar a primeira obra *Feliz ano velho* (1982) e *Ainda estou aqui* (2015) aponta que, dessa vez, Marcelo “[...] conta com um olhar mais amadurecido e, além disso, com elementos que só em tempos recentes foram revelados, permitindo-lhe conhecer e tratar com maior prioridade os acontecimentos traumáticos” (ALVES, 2020, p. 63). É a partir desse olhar amadurecido do escritor sobre os acontecimentos, que buscamos analisar aqui o rumo da família após o desaparecimento de Rubens Beyrodt Paiva, colocando em foco a constante busca e as difíceis descobertas sobre o caso.

Mesmo após ser exilado e ter conseguido voltar ao Brasil, Rubens Paiva não saiu para o exílio com a família, como estavam fazendo muitos de seus conhecidos “A pergunta: Por que ele atrasou tanto nossa partida? Arrogância? Confiança? Dever ideológico?” (PAIVA 2015, p. 106). Seria ele, então, o responsável pelo que aconteceu? Se todos procuravam um lugar seguro, por que ele não o fez? Todas as dúvidas que envolvem a família remetem à culpa que tendem a depositar no pai por não tê-la tirado do país. Entretanto, essa responsabilidade é tão e somente do regime que tende, para além de tirar tudo dessas famílias, ainda, culpabilizá-las pela desgraça.

Apesar de a família nunca descobrir até que medida Rubens estava envolvido com os opositores ao regime, Marcelo relata que não precisaria de muito para que todos se tornassem comunistas: “Todo mundo que era contra a ditadura era comunista” (PAIVA, 2015, p. 90), ou seja, todos estavam sujeitos a serem presos, exilados, torturados ou mortos.

Ao analisar o percurso dos Paiva, percebemos que encontramos em um momento de pré-ditadura uma família com um pai, uma mãe e cinco filhos paulistanos frequentando as casas de campo dos familiares, rindo, indo a festas, depois morando no Rio de Janeiro e aproveitando a praia com os amigos. Uma vida feliz. Mas depois de alguns anos da volta do exílio, já instalados em uma casa no Rio, frequentando a praia e com muitos amigos é que tudo começa a mudar. Rubens é preso em 1971, em sua casa, e agentes do Doi-Codi passam a vigiá-la. A partir de então a família passa a viver as consequências de “[...] um limbo civil e emocional” (PAIVA, 2015, p. 194). O medo instala-se. A incompreensão sobre o que acontecia faz com que Eunice se comunique com as amigas avisando de algum modo que “Rubens tinha saído”, “Rubens tinha ido viajar a trabalho” evitando contato e colocando todos em alerta. O que ninguém sabia era que Rubens em “20 de janeiro de 1971 [...] apanhou por dois dias seguidos. Apanhou assim que chegou na 3ª Zona Aérea, interrogado pelo próprio brigadeiro João Paulo Burnier” (PAIVA, 2015, p. 112).

Em 22 de Janeiro saiu na manchete de diversos jornais que Rubens havia fugido. A farsa estava montada. No dia 27 de fevereiro Eunice começa a buscar respostas oficiais: “[...] entregou ao deputado Oscar Pedroso Horta uma carta endereçada ao ministro da justiça” (PAIVA, 2015, p. 147). Todos precisavam de informações, já que depois dessa suposta fuga tudo se tornou confuso, desconfiável. Se fosse mesmo ele no carro, depois da fuga voltaria para casa ou daria notícias.

Em verdade se soube que ele “[...] entrou no Doi-Codi em 20 de janeiro de 1971, morreu na noite do dia 21 de janeiro, foi levado na madrugada do dia 22, esquartejado, enquanto minha mãe e irmã eram interrogadas em separado” (PAIVA, 2015, p. 153). Nesse

momento, sentimos a indignação daquele que escreve, aqui a literatura põe em foco seu poder de fazer sentir a dor do outro. Ginzburg (2010) refere-se à literatura justamente frente a sua importância para a consciência social “[...] por conseguir, por meio de recursos de construção, certa fidelidade ao impacto da violência funda que resulta aos que viveram, direta ou indiretamente, o impacto da experiência da tortura” (GINZBURG, 2010, p. 148). Ao jogar com a não linearidade dos fatos, e clareza com a qual relata a morte de Rubens, apontando para a presença da mulher e da filha no mesmo prédio em que ele fora esquartejado, constrói uma narrativa impactante que percorre todos os momentos angustiantes sofridos pela mãe, pelo pai e pelo próprio autor que, de tempo em tempo, descobre novas informações a respeito do caso.

Outro exemplo está no fato de tentar ilustrar o momento da tortura do pai. Pondo em foco a imaginação sobre o que aconteceu, e o que poderia ter sido sua vida se não fosse a ditadura. Marcelo coloca questionamentos seus sobre o que o pai poderia estar pensando durante a tortura, e aí encontramos medo, angústia, raiva e uma tentativa de ver sua família sem ser atravessada pelos militares, sem ter sido negado o direito à vida do pai:

O que eu fiz? Por quê? Onde você estava com a cabeça? Agora não dá para voltar atrás. Agora não dá para fazer nada. Agora não dá para evitar a dor. Agora não dá para salvar minha família. Agora não dá para fugir da morte. Eu vou morrer, sinto que vou, espero que me perdoem. O que fiz prova a minha vulnerabilidade, falhas do meu caráter, que pôs tudo a perder e causa muito sofrimento. Não tenho palavras, Eunice, Verinha, Cuchimbas, Lambancinha, Cacareco, Babiu...Perdão. Não verei mais vocês crescerem, não estarei mais ao lado de vocês, não consigo mais proteger vocês, não vou mais brincar com vocês, escutar suas risadas, correr atrás, nadar, não acompanharei vocês na escola [...] Não conhecerei seus filhos, meus netos, não verei meus netos crescerem, não estarei ao lado deles [...] e como é triste saber que tudo isso acaba, que meu momento com vocês foi tão curto, que não pude aproveitar mais, e me arrependo, me arrependo de não ter passado tempo apenas com vocês, que pena que estou indo embora, que triste que não posso ficar, não me deixam ficar, é inevitável que eu vá, eu não queria, eu não queria, estou tão triste. Tenho que morrer agora. (PAIVA, 2015, p. 108)

Há uma mistura de vozes entre um “pai, você foi culpado” e “maldita ditadura, foi tudo sua culpa”. Os sentimentos se misturam buscando procurar o erro. Ao falar sobre a dor, Marcelo chega a comparar as más escolhas com o sofrimento da própria tortura que o pai era acometido “Talvez a dor da tortura não chegasse aos pés da descoberta de que tomou decisões erradas, arriscou a vida da mulher e dos filhos, crianças ainda. Deve ter sido a sua derradeira tortura” (PAIVA, 2015, p. 108).

Rubens, como confirma Paiva (2015, p. 106), “apesar de não estar envolvido diretamente com a luta armada”, ajudava de outras maneiras, como ao esconder pessoas, dar dinheiro, denunciar torturas e trocar informações. O narrador escreve: “Estava na cara que deveríamos ter partido. Todos se foram. Era a lógica para alguém visado” (PAIVA, 2015, p.

106), e acrescenta “Não sei o que passava pela cabeça do meu pai. Ele sabia que o cerco apertava” (PAIVA, 2015, p. 106).

Mas já era tarde, restava a busca e as informações “oficiais” sobre os fatos não paravam de chegar, falsas algumas, verdadeiras outras, misturavam-se na desconfiança de poderem ser enganados mais uma vez.

O ministro garantiria. Mas os generais diziam que ele não estava preso. Ela ouviu lá dentro que ele estava preso no andar de cima. Nos inquéritos ele fugira. Tem oficial garantindo que ele está vivo. Tem jornalista alertando: Está morto. Conversou com pitonisas, rezou, apelou. Enterrar seria desistir. (PAIVA, 2015, p. 163)

E não desistiu, continuavam as especulações “[...] diziam que ele estava preso em Fernando de Noronha. Numa base no Xingu. Tudo mentira” (PAIVA, 2015, p. 157). Todos os envolvidos com a opressão sabiam que era mentira, somente Eunice queria creditar que o marido ainda estava vivo. A mentira e a manipulação foram armas estratégicas para a ditadura, a mentira dava legitimidade para o golpe, pois, se todos mentissem, se a imprensa não noticiasse, “todos” estariam seguros. A primeira informação mais precisa sobre os fatos foi de um jornalista do *Jornal do Brasil* que confirmou a Eunice que Rubens não havia sido solto, mas morto, e seu corpo, desovado. “[...] que ouviu do próprio presidente do Brasil, general Médici, a frase ‘morreu em guerra1’” (PAIVA, 2015, p. 160).

Restou-lhes a ausência, pois já não tinham mais um marido e um pai. Sem o retorno de Rubens, no meio do ano de 1971 a família foi obrigada a sair do Rio, foram morar na casa do Avô Paiva, em Santos, e nessa altura nem sabiam se ele estava vivo ou não. “Minha mãe montou um quarto com uma cama de viúva. Trancava-se todas as noites para acender velas e chorar. Nunca a vimos chorando” (PAIVA, 2015, p. 163).

Tudo se encaminhava à certeza: Ele está morto, mas como provar? A situação que viviam era uma aberração política - Para a maioria das coisas precisaria de Rubens, mas “[...] ele não estava morto nem vivo” (PAIVA, 2015, p. 181). Em 1981, com a ajuda do juiz da Vara da família, Marcos Martins, conseguem reabrir o inquérito sobre o desaparecimento de Rubens Paiva, “[...] foi o começo do reconhecimento. E da sua viuvez jurídica” (PAIVA, 2015, p. 181). É nesse momento que percebe que há ainda alguém do seu lado e nem tudo é horror.

Só quase dez anos depois do desaparecimento, quando os filhos começaram a faculdade, conseguiram um emprego e Eunice já estava trabalhando é que Marcelo vê que ali “[...] renascia uma família” (PAIVA, 2015, p. 182). É triste imaginar que foram necessários todos esses anos para que a família conseguisse seguir em frente, mas o mais absurdo é que, além disso, se passaram 25 anos para o reconhecimento da morte de Rubens.

Certifico que, em 23 de fevereiro de 1996, foi feito o registro de óbito de Rubens Beyrodt Paiva. Profissão, engenheiro civil. Estado civil, casado. Natural de Santos, neste estado. Nascido em 26 de dezembro de 1929. Observações: Registro de óbito lavrado nos termos do artigo 3º da Lei 9140 de 4 de dezembro de 1995. (PAIVA, 2015, p. 39)

Rubens “[...] morria por decreto, graças à lei dos desaparecidos, vinte e cinco anos depois de ter morrido por tortura” (PAIVA, 2015, p. 38). Já em 1985, transcorridos 14 anos do desaparecimento, Eunice falava sobre a relação das famílias com a ausência de seus entes queridos ao afirmar que “A tática do desaparecimento político é a mais cruel de todas, pois a vítima permanece viva no dia a dia. Mata-se a vítima e condena-se toda a família a uma tortura psicológica eterna” (PAIVA, 2015, p. 165). Até hoje a família não tem certeza sobre o que levou Rubens à prisão ou até que ponto ele estava envolvido na luta contra a ditadura e, ainda, o destino que foi dado ao seu corpo.

Para Eunice, Rubens “[...] era um político cassado que foi preso por ajudar a filha de um amigo, jovem que enviou uma carta de agradecimento do Chile e, por descuido da organização, foi interceptada” (PAIVA, 2015, p. 220). A incerteza sobre o que acarretou o destino de Rubens e tantos outros prevalece na sociedade brasileira; o silêncio nega a justiça e a verdade aos familiares, como se existisse sempre um eco entre o passado e o presente, uma ferida que não seca e se tornou herança visível de uma sociedade que ocultou sua história.

“O rompimento de uma represa”: o trabalho da elaboração do luto para aqueles que ficam

A ditadura militar obrigou famílias a uma perseguição infinda pelos corpos dos seus. Muitos nadaram em um mar aberto sem saber para aonde iam. Tiveram que ter calma e coragem para enfrentar um caminho longo até a descoberta ou a confirmação daquilo que já temiam, no entanto, foi preciso mais. Muitos precisaram esperar o enfraquecimento do regime para continuarem a busca por respostas, as quais até hoje lhes são negadas.

Da mesma forma que a infinita procura, a aceitação da perda exigiu um trabalho exaustivo. A elaboração do luto sem um corpo a ser velado torna-se complexo, tendo em vista que “[...] alguns corpos não foram entregues às famílias, o que acarretou um sofrimento ainda maior, um sofrimento interminável.” (FIGUEIREDO, 2017, p. 167). Com esse pensamento, queremos não somente refletir sobre a experiência do trauma na família de Paiva, mas, também, analisar de que forma essa elaboração foi significativa para que todos pudessem seguir em frente apesar da negação ao corpo.

Para analisar a vivência desse luto, apoiamo-nos em nos estudos de Sigmund Freud (2013, p. 27), afirmando que o luto não é um estado patológico apesar de acarretar “[...] graves desvios da conduta normal da vida”, pois sabe-se que em algum momento ele será superado, considerando “[...] inadequado e até mesmo prejudicial perturbá-lo” (FREUD, 2013, p. 27). Ele define esse momento de tomada de consciência, afirmando que “[...] a prova da realidade mostrou que o objeto amado já não existe mais e agora exige que toda a libido seja retirada de suas ligações com esse objeto” (FREUD, 2013, p. 28). Mas a família Paiva, como tantas outras, vivenciou uma dor infinda ao terem os corpos de seus filhos, pais e irmãos desaparecidos. A confirmação das mortes não se deu com a entrega dos corpos, mas por meio de leis que tentaram trazer essa confirmação para que todos pudessem seguir em frente. Sem ignorar o passado, muito menos a dor que experienciaram, todos tiveram que se reconstruir e encontrar à sua maneira elaborar o passado. A isso entendemos uma possível dimensão feliz do esquecimento, como bem aponta Gagnebin (2010, p. 179):

Existe igualmente, como afirma toda filosofia de Nietzsche, uma dimensão feliz do esquecimento, uma alegria e uma leveza que permitem fazer as pazes com o passado, geralmente depois de um longo, dolorido e generoso processo de elaboração, leveza e alegria que possibilitam não carregar mais o passado como uma pedra nos ombros, mas reaprender a dançar e a inventar outras figuras de vida no presente.

O romance de Paiva parece, além do que já expomos anteriormente, uma maneira de elaborar esse passado, de dizer que seu pai existiu, que a dor envolveu sua família, mas que a ditadura não os destruiu e foi possível continuar. Em entrevista ao *Blog da Companhia* (JABUTI..., 2016) ele fala sobre essa dimensão da obra literária, ela “[...] faz um pouco o papel de exorcizar, de a gente fazer um balanço da nossa vida, de contar coisas que a gente gostaria que as pessoas soubessem”. Desse modo a escrita se torna uma tentativa da elaboração do trauma, uma maneira de eternizar e tornar públicas essas histórias que precisam ser lembradas para que o horror da ditadura não se repita.

No início, antes de tudo ele relata que “Eu era uma das crianças mais felizes do mundo. Porém a cortina se abriu e começou o segundo ato do espetáculo, que até então era uma farsa, mas se revelou uma tragédia” (PAIVA, 2015, p. 55). E, também, lembra dos sentimentos que envolviam cada um dos momentos que seguiam:

Com angústia e solidão. Angústia que eu nunca tinha sentido antes [...]. Ficar sem pai nem mãe de um dia para o outro, tê-los presos num país em que, eu já desconfiava, tudo mudava de uma hora para outra, apesar da certeza de que não eram bandidos, e, portanto, logo estariam fora da cadeia, e que o mal-entendido seria esclarecido, tudo isso me amedrontava. (PAIVA, 2015, p. 139)

Mal sabia que apesar de a mãe e a irmã serem liberadas e voltarem para casa; do pai, nunca mais teriam notícias. Sua primeira reação foi guardar para si o que sentia “Me fechei. Meu olhar ficou triste, como o de nenhum outro moleque” (PAIVA, 2015, p. 71). Ninguém daria conforto ao filho de um “bandido”, sentia o julgamento das pessoas que acreditavam nas mentiras que os militares contavam: “Em 1971, eu ficava muito tempo sozinho no banco da escola. Aos poucos amigos, eu tentava explicar que meu pai não era bandido. A maioria não tinha ideia do que se passava. A censura e o milagre brasileiro cegavam” (PAIVA, 2015, p. 71).

Ainda no primeiro ano de desaparecimento, com essa ausência de Rubens e inexistência de provas, como aponta Marcelo, Eunice “Não o enterrara ainda. Ninguém o enterrou. Tinha a esperança de acordar de um pesadelo, com a volta dele, esperava um milagre, que fosse tudo um jogo da ditadura, e quem sabe ele ainda não estava preso...” (PAIVA, 2015, p. 163). Marcelo diz que não sabe a data exata em que a mãe descobriu a verdade, só sabe que ela parou de sorrir por muitos anos e comenta que “Desde menina, Eunice não dividia os sentimentos com ninguém. Superar? Impossível. Esquecer? Nem pensar. Tocar. Seguir. Esperar reacenderem outra fogueira no alto, outro facho de luz, que orientasse a volta para a costa, para a terra firme, o chão” (PAIVA, 2015, p. 180). Notamos, assim, as primeiras experiências da perda na família, uma perda ainda não oficial, pois percebe-se que havia a esperança do retorno.

Apesar da falta de provas, a ausência foi configurando-se como a certeza da morte de Rubens, desse modo haveriam de combater o regime da maneira que pudessem. Marcelo expõe que cada um buscou enfrentar a ditadura do seu jeito. Ele acreditou que “[...] lutar pela democratização seria uma vingança mais efetiva, e esperar que a justiça numa nova democracia fizesse a sua parte” (PAIVA, 2015, p. 194). Sua vingança não foi completa. Já Eunice buscou respostas, lutou para saber o que tinha acontecido com o marido, mas andou em círculos. Ao tornar-se uma advogada reconhecida é que encontrou uma maneira de resistir, pois na defesa dos povos indígenas ela sentiu que pôde salvar alguém, que a sua batalha continuava “[...] não conseguiu salvar o marido e tantos outros, então tentaria salvar os índios, numa ditadura enfraquecida” (PAIVA, 2015, p. 205).

Apesar do esforço de cada um, a justiça oficial tardou de forma tão desumana que “[...]cada um dos filhos o enterrou à sua maneira, em épocas diferentes, silenciosamente. Depois de um, dois anos, dois anos e meio...O tempo era o seu atestado de óbito” (PAIVA, 2015, p. 163). Marcelo relata que a mãe chorava escondida, que não demonstrava sua tristeza, sofreu sozinha para que pudesse encorajar também os filhos. Eles, apesar de nos primeiros

anos ainda perguntarem pelo pai, o foram enterrando em silêncio e se acostumando com a ausência.

É só em 1996, com a lei dos desaparecidos e mortos na ditadura que Marcelo e a mãe conseguem o atestado de óbito de Rubens. É o primeiro momento que os dois conversam sobre seu desaparecimento e morte.

Olhando um para o outro. Comecei a falar dele. Pela primeira vez, em anos, ela não me interrompeu. Me deixou falar. Conteí coisas que descobri. Coisas que ela certamente sabia, mas não fuxicava. Entrei em detalhes. Narrei cenas de que sempre nos censuramos. (PAIVA, 2015, p. 222)

Talvez o medo ou a tristeza impedissem que essa conversa acontecesse antes ou a própria falta da confirmação da morte os deixassem à margem da dúvida, que agora já não mais os rodeava.

Aqui percebemos que a comprovação faz eclodir sentimentos que estavam sendo negados, “Naquela tarde que pegamos o atestado de óbito, em 1996, vi minha mãe então chorar como nunca fizera antes. Era um urro. Não tinha lágrimas. Como se um monstro invisível saísse da sua boca: Uma alma. Um urro grave, longo, ininterrupto” (PAIVA, 2015, p. 224). Agora poderiam seguir, sem Rubens há mais de vinte e cinco anos, conquistaram de alguma maneira sua sepultura, mesmo sem justiça, mesmo ser ver seus assassinos presos, Rubens estava oficialmente morto. “Foi um choro de 25 anos em minutos. O rompimento de uma represa” (PAIVA, 2015, p. 224).

A partir dessa nova possibilidade de elaboração do passado traumático, apontamos aquilo que Gagnebin (2006) postula a respeito do trabalho da elaboração, a partir de Nietzsche, Freud, Adorno e Ricoeur, “[...] cada um no seu contexto específico, defendem um lembrar ativo: um trabalho de elaboração e de luto em relação ao passado, realizado por meio de um esforço de compreensão e de esclarecimento — do passado e, também, do presente” (GAGNEBIN, 2006, p. 105). Paiva deixa claro que todos, apesar de nunca esquecerem, tiveram que continuar suas vidas e com o tempo encontraram maneiras para continuar e não deixar a memória do pai no esquecimento. Eunice lutando contra, pela justiça, e Marcelo ao fazer recordar com tamanha maestria um passado que jamais deveria nos assombrar. Faz-se, assim, ainda nas palavras de Gagnebin (2006, p. 105), um trabalho que, certamente, “[...] lembra dos mortos, por piedade e fidelidade, mas, também, por amor e atenção aos vivos”.

Considerações finais

Ao conferir, neste livro, memórias pessoais e coletivas de um passado traumático e claramente não elaborado em nossa nação, Marcelo Rubens Paiva demonstra a força da

literatura enquanto arquivo dos horrores cometidos em nosso país entre os anos de 1964 e 1985, não deixando de lançar mão sobre os fantasmas do presente. Desse modo, entendemos que “[...] os opositores da ditadura militar, vitimados ou não pela prática corrente da tortura, não deixaram de elaborar publicamente sua experiência, suas derrotas, seu sofrimento” (KEHL, 2010, p. 128). Tornar públicas as suas vivências e as de tantos outros sujeitos durante esse período faz com que se possa falar sobre momentos de dor da família, assim como de tantos outros brasileiros que não tiveram a chance e o tempo necessário para isso. Assim, os que hoje permanecem na luta, “Não deixaram de simbolizar, na medida do possível, o trauma provocado pelo encontro com a atroz crueldade de que um homem é capaz quando a própria força governante (no caso, também ela fora da lei) o autoriza a isso” (KEHL, 2010, p. 128).

Falar das suas vivências durante o regime civil militar brasileiro, dos que a ele sobreviveram, daqueles que morreram na luta contra o sistema opressor é, para além de tudo, lutar pela memória e pelo direito à humanidade. Considera-se, desse modo, que “[...] lutar contra o esquecimento e a denegação, é também lutar contra a repetição do horror”, como aponta Gagnebin (2006, p. 47). Nessa ordem, a literatura aqui cumpre seu papel de refletir para não repetir (ALVES, 2020) fazendo uma análise do nosso passado para não deixar que a irresponsabilidade com o qual foi “esquecido” se faça experiência no presente.

Em vista disso, quando se diz que devemos esquecer o passado em favor de um futuro mais democrático, entendemos o contrário. Precisa-se lembrar, ler e, além de tudo, ser crítico para não repetir, pois quando alguém invoca a volta da ditadura, ou a volta do Ato institucional N° 5 é como se toda a mentira contada fosse maior que a verdade sobre os mortos que lutaram por uma democracia que hoje pode estar em perigo, em nome de uma “nova onda contra o comunismo”, ou melhor, em nome da ignorância daqueles que não querem enxergar. Por isso, refletir sobre a(s) ditadura(s) hoje “ao mesmo tempo que constitui um gesto de resistência ao esquecimento e de restituição de verdades silenciadas, representa, ainda, o esforço para a configuração de novas percepções do presente, que possibilitem a construção de um futuro mais justo” (OLIVEIRA; THOMAZ, 2020, p. 9), para todos os que já estiveram aqui, aos que estão, e aos que ainda estão por vir. Pensemos em todos eles e em um futuro onde não tenhamos que lutar novamente pela liberdade.

**THE ELABORATION OF TRAUMA AND THE FIGHT AGAINST FORGETTING IN
AINDA ESTOU AQUI BY MARCELO RUBENS PAIVA**

ABSTRACT: This paper analyses the novel *Ainda estou aqui*, by Marcelo Rubens Paiva, published in 2015. Based upon the studies of Figueiredo (2017), Freud (2013), Ginzburg (2010), Halbwachs (1990) and Kehl (2010), we investigate how memory is the core of the book, because there is not only the remembrances of the Paiva's family past, but also a RECUPERAÇÃO of current history of the country, by means of trauma, left by the Brazilian civic-military dictatorship. The leitmotif of the narrative are not merely the memories of Marcelo

as much as the information discovered during the years seeking his father's death recognition, so Rubens Paiva's disappearance has serious consequences in his family life. Likewise, there is the search to overcome the loss of the patriarch. The conclusion of this is clear: Brazilian dictatorship was not against Paiva's Family, it was against the whole country.

KEYWORDS: Literature. Memory. Dictatorship. Marcelo Rubens Paiva.

REFERÊNCIAS

- ALVES, C. da S. A história (não) acabou: Algumas notas sobre Ainda estou aqui, de Marcelo Rubens Paiva. In: GOMES, Gínia Maria (org.). *Narrativas brasileiras contemporâneas: memórias da repressão*. Porto Alegre: Polifonia, 2020.
- JABUTI 2016: "Ainda estou aqui". In: BLOG da companhia. São Paulo, 28 nov. 2016. Disponível em: <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Jabuti-2016-Ainda-estou-aqui>. Acesso em 30 abr. 2021.
- CURY, M. Z. Escritas do corpo ausente. In: WALTY, I. L. C.; MOREIRA, T. T. (Orgs.). *Violência e escrita literária*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2020
- FIGUEIREDO, E. *A literatura como arquivo da ditadura brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.
- FREUD, S. *Luto e melancolia*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- GAGNEBIN, J. M. O preço de uma reconciliação extorquida. In: TELES, E.; SAFLATE, V. (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- _____. *Lembrar, escrever, esquecer*. São Paulo: Ed. 34, 2006.
- GINZBURG, J. Escritas da Tortura. In: TELES, E.; SAFLATE, V. (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- GOMES, G. M. O romance brasileiro contemporâneo: as ruínas de um passado traumático. In: GOMES, G. M (org.). *Narrativas brasileiras contemporâneas: memórias da repressão*. Porto Alegre: Polifonia, 2020
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.
- KEHL, M. R. Tortura e sintoma social. In: TELES, Edson; SAFLATE, Vladimir (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- OLIVEIRA, R. P.; THOMAZ, P. C. T. *Literatura e ditadura*. Porto Alegre: Zouk, 2020.
- PAIVA, M. R. *Ainda estou aqui*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.
- SAFATLE, V. Do uso da violência contra o estado ilegal. In: TELES, E.; SAFLATE, V. (org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

Recebido em: 02/03/2022.

Aprovado em: 02/08/2022.